



COMISSÃO DE VIAÇÃO E TRANSPORTE

REQUERIMENTO Nº , DE 2023

(Do Sr. Alex Santana)

Requer, em aditamento, que a Audiência Pública aprovada pelo Requerimento nº 90/2023 seja realizada em conjunto com a Bancada do Estado da Bahia e que se discuta a aplicação da Intervenção, prevista no Art. 32, da Lei 8.987/1995, na gestão da concessionária VIABAHIA, detentora da concessão de exploração da BR-116 e da BR-324.

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais e ouvido o Plenário desta Comissão, requeiro, em aditamento, que a Audiência Pública aprovada pelo Requerimento nº 90/2023 seja realizada em conjunto com a Bancada do Estado da Bahia e que se discuta a aplicação da Intervenção, prevista no Art. 32, da Lei 8.987/1995, na gestão da concessionária VIABAHIA, detentora da concessão de exploração da BR-116 e da BR-324.

Assim, solicito que também sejam convidados(as):

1. Um(a) Advogado(a) da União que está atuando no Procedimento Arbitral nº 64/2019/SEC7;
2. Um(a) Procurador(a) Federal que está atuando no Procedimento Arbitral nº 64/2019/SEC7;
3. Os três árbitros que compõem o Tribunal Arbitral do Procedimento Arbitral nº 64/2019/SEC7: Carlos Ari Vieira Sundfeld, Carlos Alberto Carmona e Paula Andrea Forgioni.

JUSTIFICAÇÃO

A gestão da empresa VIABAHIA detentora da concessão de exploração da BR-116 e da BR-324 no Estado da Bahia vem sendo alvo de constantes reclamações. Existem problemas no cumprimento do cronograma de execução das obras obrigatórias como, também, daquelas obrigatórias





CÂMARA DOS DEPUTADOS

condicionadas, já que a ANTT relata um índice de inexecução elevado e, assim, de descumprimento do contrato, o que já ensejou a abertura de um processo de caducidade da concessão e, também, da execução da garantia contratual prestada pela VIABAHIA.

Em audiência na Câmara dos Deputados, ocorrida em junho de 2021, o então ministro Tarciso Freitas chegou a defender o uso da intervenção na concessão da empresa VIABAHIA, em razão dos diversos e reiterados problemas identificados em fiscalização contratual realizada pela ANTT. O fato é que, hoje, a gestão da empresa VIABAHIA está sob um imbróglio jurídico-arbitral interminável!

O caso da VIABAHIA, no que concerne ao serviço deficitário e ao descumprimento de normas contratuais, incluindo aquelas que determinam o investimento em obras de melhorias, é apenas um exemplo do que está ocorrendo na execução dos contratos de concessão de rodovias em todas as unidades da Federação.

É com o intuito de tentar encontrar alternativas que possam resolver ou, ao menos, minimizar os problemas, que sugerimos a discussão da aplicação da Intervenção, prevista na Lei 8.987/1995, na gestão da empresa VIABAHIA, ampliando o debate com a Audiência Pública sendo realizada em conjunto com a bancada baiana.

Com base no exposto, solicitamos o apoio dos nobres pares para a aprovação do presente Requerimento.

Sala das Sessões, em de de 2023.

Deputado ALEX SANTANA

